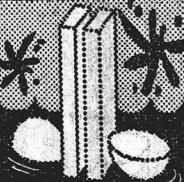


334

**Documento denuncia  
a orgia das emendas  
no Congresso**



**Solução apontada é  
parceria entre Executivo  
e Legislativo**

# Cassados poderão ficar inelegíveis por 8 anos

■ Propostas de Magalhães para moralização incluem extinção da Comissão de Orçamento e aumento do prazo de inelegibilidade

BRASÍLIA — Extinção da Comissão Mista de Orçamento, com novas regras para elaboração da proposta orçamentária, fim das subvenções sociais e limitação da imunidade parlamentar são algumas das sugestões feitas pelo deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) no relatório da CPI do Orçamento. Ele sugere ainda que a inelegibilidade de parlamentares cassados seja ampliada de três para oito anos.

Magalhães defende alterações na Constituição para criar penas complementares, como a suspensão temporária do mandato de parlamentar envolvido em "graves acusações". A punição seria aplicada pelo plenário, por maioria absoluta de votos, e vigoraria até a apuração da denúncia. A seguir, as 13 recomendações do relatório para moralizar o orçamento:

■ Comissão Parlamentar Mista de Sistematização Orçamentária substituirá a Comissão Mista de Orçamento, sem os mesmos poderes.

■ O orçamento da União será elaborado em parceria pelo Executivo e Legislativo, extinguindo-se "a orgia dos prazos" e a "arbitrariedade do contingenciamento de verbas".

■ As comissões técnicas do Congresso auxiliarão o Executivo a elaborar proposta orçamentária.

■ Reativação das comissões de Fiscalização e Controle da Câmara e do Senado.

- A abertura de créditos suplementares ficará limitada a, no máximo, 30% da receita orçamentária e não poderá ser feita no primeiro trimestre do ano.

- Pelo menos 2/3 do orçamento será destinado a obras já em andamento.

- Ficarão proibidas emendas individuais de parlamentares ao orçamento. As alterações deverão ser propostas por comissões, bancadas e partidos, de acordo com o critério da proporcionalidade.

- Reforço na atuação conjunta do Congresso e Tribunal de Contas da União (TCU), que deverá ter mais recursos para tarefa de fiscalização.

- O Congresso deverá acompanhar julgamentos do TCU.

- As auditorias internas nos ministérios devem ser desvinculadas do Executivo, para garantir independência nas investigações.

- Limitação das transferências voluntárias da União para estados e municípios, exceto nos casos de calamidade pública, execução de planos e guerra.

- Mudança na contagem do prazo de atuação de CPIs, que será contado a partir da data de instalação, e não de criação.

- Mudanças na legislação eleitoral para facilitar controle das finanças dos partidos.

Josemar Gonçalves — 20/1/94



Magalhães sugeriu suspensão temporária de mandato até apuração de denúncia grave

225